



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo

Prova Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 7 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Com as agravantes do desmatamento e do aquecimento global, a seca na Amazônia ganha alguns contornos de novidade que se dissipam no longo curso da história da região. De acordo com o meteorologista Pedro Dias, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a atual redução das chuvas se encaixa no padrão de ciclos observado na Amazônia no último século. É o que os técnicos chamam de “variabilidade decadal do Oceano Pacífico”, que impacta o Atlântico.

Os regimes de chuvas ao norte e ao sul do Rio Amazonas se têm alternado, em ciclos de três décadas, ao longo de 120 anos. Nos anos 40, 50 e 60 choveu menos na Amazônia. Nas três décadas seguintes, as chuvas aumentaram. Agora, no início do século XXI, a região pode estar começando um novo ciclo de 10% a 15% a menos de chuva, assim como aconteceu no início do século XX. “Nos últimos 100 a 120 anos, os ciclos têm sido bastante regulares”, diz.

Coincidentemente, as variações possivelmente causadas pelo efeito estufa também são da ordem de 10% a 15%. “Há um consenso de que o aumento do efeito estufa já tem uma magnitude comparável à da variação natural”, registra Pedro Dias. Assim, o que poderia acontecer, falando grosseiramente, é que a variação causada por esse efeito venha se somar à variação natural, duplicando o impacto sobre o ambiente. O meteorologista salienta, em qualquer caso, que se trata de variações médias ao longo de três décadas, e não de ano a ano, quando o comportamento pode ser bem diferente.

Numa escala ainda maior de tempo, a atual seca se torna mais relativa. Entre 5 mil e 3 mil anos atrás, onde hoje existe floresta, havia grandes extensões de savana, característica de regiões com longos períodos de seca. Também há registros de grandes variações nas chuvas e de períodos em que os rios baixaram, causando mudanças significativas na fauna e na flora, lembra Virgílio Viana, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

“Esta é a maior seca com internet e cobertura em tempo real”, ironiza Elpídio Gomes Filho, Superintendente da Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (Ahimoc). Adaptados a grandes variações de profundidade dos rios entre os períodos de chuva e de estiagem, os portos da Amazônia têm um sistema de braços flutuantes – inventado pelos ingleses – que sobem e descem, acompanhando a superfície da água.

“Os rios sobem 14 metros durante 6 meses e descem 14 metros durante 6 meses, de forma previsível, milenar e regularmente”, assegura Elpídio.

(Adaptado de Lourival Sant’Anna, **O Estado de S. Paulo**, 16 de outubro de 2005, A 13).

1. A frase que resume corretamente o assunto do texto é:
 - (A) Efeito estufa determina escassez de chuvas na Amazônia.
 - (B) Seca dá início a novo ciclo, diz especialista.
 - (C) 2005 é o ano da maior seca em toda a região amazônica.
 - (D) Desmatamento na Amazônia determina o aquecimento global.
 - (E) Meios de comunicação mascaram conseqüências da seca na Amazônia.

2. De acordo com o texto, está correta a afirmativa:
 - (A) É clara, para os técnicos em estudos sobre o clima, a responsabilidade direta do efeito estufa na gravidade da atual estiagem na região amazônica.
 - (B) É impossível prever a ocorrência de estiagens na Amazônia, como a que tem sido apontada nos meios de comunicação.
 - (C) O volume, ano a ano, dos rios da bacia do Amazonas não tem sofrido variações que possam explicar a atual escassez na região.
 - (D) Especialistas em variações climáticas são unânimes em apontar a regularidade dos ciclos de maior ou menor intensidade de chuvas na Amazônia.
 - (E) Os responsáveis pelo controle climático discordam em sua avaliação sobre as causas da atual seca na região amazônica, por falta de dados confiáveis.

3. “Esta é a maior seca com internet e cobertura em tempo real”, *ironiza* Elpídio Gomes Filho... (início do último parágrafo)

O emprego do verbo grifado acima remete à constatação de que, na opinião do Superintendente,

 - (A) a escassez de chuvas é um fato normal e esperado, sem maiores conseqüências para os habitantes da região amazônica.
 - (B) a cobertura dos problemas relacionados com a seca na Amazônia é feita somente por grupos que defendem interesses alheios.
 - (C) somente com a maior possibilidade de divulgação da situação de estiagem haverá medidas concretas para combatê-la.
 - (D) a seca que ocorre no momento nada mais é do que manipulação da mídia que, para atrair a atenção do público, exagera ao apontar seus efeitos.
 - (E) os maiores recursos tecnológicos estão apenas possibilitando ampla divulgação de um problema que tem ocorrido regularmente na região.

4. Aponta-se no texto relação de causa e conseqüência entre os segmentos:
 - (A) *Com as agravantes do desmatamento e do aquecimento global, / a seca na Amazônia ganha alguns contornos de novidade...*
 - (B) *... a atual redução das chuvas se encaixa / no padrão de ciclos observado na Amazônia no último século.*
 - (C) *Os regimes de chuvas ao norte e ao sul do Rio Amazonas / se têm alternado, em ciclos de três décadas, ao longo de 120 anos.*
 - (D) *... a região pode estar começando um novo ciclo de 10% a 15% a menos de chuva, / assim como aconteceu no início do século XX.*
 - (E) *... que se trata de variações médias ao longo de três décadas, e não de ano a ano, / quando o comportamento pode ser bem diferente.*

5. A expressão do texto cujo sentido original está corretamente reproduzido em outras palavras, é:
- (A) *alguns contornos de novidade* = certos aspectos catastróficos.
 - (B) *uma magnitude comparável à da variação natural* = de proporções semelhantes às das ocorridas naturalmente.
 - (C) *falando grosseiramente* = usando termos pouco aceitáveis.
 - (D) *Numa escala ainda maior de tempo* = Daqui a muitos anos.
 - (E) *Adaptados a grandes variações de profundidade* = Necessários aos desníveis existentes.

6. Considere as frases do texto:
- I. ... “*variabilidade decadal do Oceano Pacífico*”, que impacta o Atlântico.
... “*variabilidade decadal do Oceano Pacífico*” que impacta o Atlântico.
 - II. *Nos anos 40, 50 e 60 choveu menos na Amazônia. Nas três décadas seguintes, as chuvas aumentaram.*
Nos anos 40, 50 e 60 choveu menos na Amazônia; nas três décadas seguintes, as chuvas aumentaram.
 - III. ... *têm um sistema de braços flutuantes – inventado pelos ingleses –, que sobem e descem...*
... têm um sistema de braços flutuantes (inventado pelos ingleses), que sobem e descem...
- Com a alteração dos sinais de pontuação, ocorreu também alteração de sentido SOMENTE em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

7. ... os portos da Amazônia têm um sistema de braços flutuantes... (último parágrafo)
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:
- (A) ... *choveu menos na Amazônia.*
 - (B) ... *assim como aconteceu no início do século XX.*
 - (C) ... *duplicando o impacto sobre o ambiente.*
 - (D) ... *que se trata de variações médias ao longo de três décadas.*
 - (E) ... *a atual seca se torna mais relativa.*

8. A maior parte da água da chuva é interceptada pela copa das árvores, cobrem toda a região. evapora rapidamente, causando mais chuva, o que não ocorre em áreas desmatadas, solo é pobre em matéria orgânica.
- As lacunas da frase acima estão corretamente preenchidas, respectivamente, por
- (A) onde - A chuva - que o
 - (B) nas quais - Aquela chuva - cujo
 - (C) em que - A água da chuva - que o
 - (D) que elas - Essa chuva - aonde
 - (E) que - Essa água - cujo

9. A concordância está correta na frase:
- (A) A diminuição das chuvas na Amazônia podem ser consideradas uma amostra do que nos esperam o futuro, se o ritmo de desmatamento não for contido.
 - (B) O controle dos recursos hídricos são desafio para os ambientalistas, tornando-se necessário a preservação da floresta, para garantir o ciclo das chuvas.
 - (C) Em que pese as inúmeras tentativas de controle do desmatamento, é derrubado anualmente uma área equivalente a 17 mil quilômetros quadrados.
 - (D) Os habitantes da região amazônica, privilegiada por seus recursos hídricos, sofrem com a escassez de chuvas, que não lhes permite o transporte nem a pesca.
 - (E) O desrespeito à natureza provoca o aparecimento de fenômenos climáticos jamais imaginados, como mostra as cenas da estiagem na Amazônia.

10. *Savana caracteriza-se por vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado.*
- A longa duração de períodos de seca impede o desenvolvimento de vegetação abundante.*
- A prática excessiva de queimadas provoca o surgimento das savanas.*
- As frases acima articulam-se num único período, com lógica, correção e clareza, em:
- (A) Savana é região que caracteriza-se por vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado, que sendo a prática excessiva de queimadas, provoca-se o surgimento delas, com a longa duração de períodos de seca, impedindo o desenvolvimento de vegetação abundante.
 - (B) A prática excessiva de queimadas provoca o surgimento das savanas que caracteriza-se por vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado, com a longa duração de períodos de seca, que impede o desenvolvimento de vegetação abundante.
 - (C) A prática excessiva de queimadas provoca o surgimento das savanas, área de vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado, características de regiões em que a longa duração de períodos de seca impede o desenvolvimento de vegetação abundante.
 - (D) A longa duração de períodos de seca impede o desenvolvimento de vegetação abundante nas savanas, com a prática excessiva de queimadas que provoca o surgimento dessas, que se caracteriza por vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado.
 - (E) Savana, caracteriza-se por vegetação rasteira e pequenas árvores ao estilo do cerrado, que com a duração de longos períodos de seca impede o desenvolvimento de vegetação abundante, e a prática excessiva de queimadas que as provoca o surgimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL	
<p>11. A supremacia formal da Constituição pressupõe</p> <p>(A) a estabilidade sócio-política da Carta Magna. (B) a rigidez constitucional. (C) o caráter costumeiro da elaboração constitucional. (D) a declaração solene de direitos. (E) o estado democrático de direito.</p>	<p>17. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) é possível o controle de constitucionalidade das emendas constitucionais em face de constituições pretéritas. (B) a interpretação conforme a Constituição é modo de declaração de inconstitucionalidade formal. (C) a norma constitucional que prevê a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa é norma de eficácia contida. (D) a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto consiste em técnica interpretativa, e não de decisão judicial. (E) não são admitidas cláusulas superconstitucionais, não havendo, portanto, a possibilidade de existirem normas constitucionais inconstitucionais.</p>
<p>12. O núcleo intangível da Constituição</p> <p>(A) abrange o voto direto, secreto, universal e periódico. (B) representa os limites formais ao poder constituinte instituído. (C) amplia a abrangência do poder de veto sobre as emendas constitucionais. (D) abriga a forma federativa e republicana de Estado. (E) limita circunstancialmente o poder de reforma constitucional.</p>	<p>18. O Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem, dentre os seus fundamentos expressos na Constituição,</p> <p>(A) a liberdade de imprensa. (B) o desenvolvimento nacional. (C) a defesa da paz. (D) o pluralismo político. (E) a solução pacífica dos conflitos.</p>
<p>13. O incidente de deslocamento de competência que o Procurador-Geral da República pode suscitar nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais, deve ser apresentado perante o</p> <p>(A) Tribunal Penal Internacional. (B) Conselho Nacional de Justiça. (C) Supremo Tribunal Federal. (D) Senado Federal. (E) Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>19. É possível a intervenção do Estado em seus Municípios</p> <p>(A) a fim de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública. (B) quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. (C) para repelir invasão estrangeira ou de um Município em outro. (D) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações de amparo às crianças e adolescentes carentes. (E) a fim de ser evitada a decretação de estado de sítio, na hipótese de comoção grave de repercussão nacional.</p>
<p>14. A convocação extraordinária do Congresso Nacional no caso de pedido de autorização para a decretação do estado de sítio é feita</p> <p>(A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados. (B) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas. (C) pelo Presidente do Senado Federal. (D) pelo Presidente da República. (E) a requerimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>20. No tocante ao regime jurídico da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados. (B) o prazo de validade do concurso público será de três anos, prorrogável uma vez, por igual período. (C) a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. (D) é vedada a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (E) é vedada a nomeação de servidores não ocupantes de cargo efetivo para cargos em comissão com atribuições de direção, chefia e assessoramento.</p>
<p>15. Dentre os bens da União, de acordo com a Constituição, incluem-se</p> <p>(A) quaisquer águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito. (B) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos. (C) quaisquer ilhas fluviais e lacustres. (D) os rios de longo curso e seus terrenos marginais. (E) as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.</p>	
<p>16. A ação constitucional cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público, praticado por agente público no exercício de sua função, é</p> <p>(A) mandado de segurança. (B) ação civil pública. (C) <i>habeas data</i>. (D) ação popular. (E) ação penal pública.</p>	

<p>21. A imunidade recíproca é uma limitação ao poder de tributar pela qual é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos</p> <p>(A) sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. (B) com efeito de confisco. (C) sobre templos de qualquer culto. (D) limitativos ao tráfego de pessoas ou bens. (E) sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>26. O ato administrativo vinculado, quando praticado por agente a quem a lei não atribui competência para tanto,</p> <p>(A) é tido como inexistente, independentemente de apreciação judicial ou decisão administrativa. (B) goza da presunção de legitimidade, até decisão administrativa ou judicial em contrário. (C) pode ser revogado pela própria Administração, com base em critérios de conveniência e oportunidade. (D) somente pode ser anulado por decisão judicial. (E) não é passível de convalidação.</p>
<p>22. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados ao Congresso Nacional</p> <p>(A) pelo Presidente do Tribunal de Contas da União. (B) por Comissão mista permanente de Deputados e Senadores. (C) pelo Banco Central. (D) pelo Presidente da República. (E) pelo conjunto das Assembléias Legislativas dos Estados da Federação.</p>	
<p>23. De acordo com a Constituição Federal, é cargo privativo de brasileiro nato</p> <p>(A) Ministro de Estado. (B) Juiz federal. (C) Governador de Estado. (D) Senador da República. (E) Presidente da Câmara dos Deputados.</p>	<p>27. Em função de aumento extraordinário do número de alunos na rede pública, o Governador do Estado, alegando não haver tempo hábil para criação de novos cargos efetivos e realização de concurso público para o correspondente provimento, procedeu à contratação temporária de professores, sem prévio concurso público. Os professores assim contratados permaneceram durante vários anos na Administração. Em face dos dispositivos constitucionais que regem a matéria, é correto afirmar que a situação é</p> <p>(A) irregular, porque não se admite contratação temporária no âmbito da Administração Pública. (B) regular, tendo em vista que a circunstância excepcional descrita autoriza a contratação, sem concurso público, para o provimento de cargo ou função pública. (C) irregular, porque a Constituição Federal não prevê nenhuma hipótese de nomeação para cargo público sem prévio concurso público. (D) irregular, porque a contratação somente poderia ser feita por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (E) irregular, tendo em vista a não observância da regra do concurso público, porém os contratados, desde que tenham cumprido o tempo exigido para aquisição de estabilidade, somente podem ser demitidos após processo administrativo.</p>
<p>24. A inelegibilidade do analfabeto é</p> <p>(A) absoluta. (B) relativa. (C) decorrente de lei complementar. (D) decorrente de motivo funcional. (E) independente de comprovação.</p>	
<p>25. Segundo a Constituição do Estado do Maranhão, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, que tem entre suas finalidades a de</p> <p>(A) fiscalizar a distribuição da quota-parte pertencente aos municípios, arrecadada pelo Estado, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e do imposto sobre propriedade de veículos automotores. (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio. (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado. (D) representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados. (E) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e determinar reposição integral, pelo responsável, dos valores devidos ao erário.</p>	<p>28. Como decorrência do exercício regular do poder de polícia, a Administração está autorizada a</p> <p>(A) exigir pagamento pela concessão de alvará para funcionamento de estabelecimento comercial. (B) desapropriar terras improdutivas. (C) cobrar emolumentos pela expedição de certidão. (D) afastar servidor que possa influir na apuração dos fatos no processo administrativo. (E) ordenar a prisão de cidadão por crime de desacato.</p>
	<p>29. Em face do princípio da legalidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) é obrigatória a edição de lei para disciplinar a organização e funcionamento da Administração Direta. (B) independe de lei a criação de órgão público, quando implicar ou não aumento de despesa. (C) a criação de cargos depende de lei, mas a sua extinção, quando vagos, poder ser feita por decreto. (D) a remuneração dos servidores públicos, inclusive aqueles submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, somente pode ser fixada e alterada por lei. (E) todos os atos praticados pelo Poder Executivo devem contar com prévia autorização legislativa específica.</p>

<p>30. Tratando-se de concessão de serviços públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a declaração de caducidade depende de prévia indenização, apurada em processo administrativo.</p> <p>(B) declarada a caducidade, o poder concedente responde, subsidiariamente, pelas obrigações trabalhistas da concessionária.</p> <p>(C) constatada a inexecução total ou parcial do contrato de concessão, impõe-se a declaração de caducidade pelo poder concedente.</p> <p>(D) a declaração de caducidade e a encampação independem de prévia autorização legislativa.</p> <p>(E) a caducidade pode ser declarada caso a concessionária seja condenada por sonegação de tributos, em sentença transitada em julgado.</p>	<p>33. Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,</p> <p>(A) a Administração deve anular o processo de licitação.</p> <p>(B) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.</p> <p>(C) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.</p> <p>(D) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.</p> <p>(E) somente pela via judicial poderá o referido licitante ser afastado do certame.</p>
<p>31. O Estado firmou contrato de concessão de rodovias, o qual prevê, como obrigação da concessionária, obras de duplicação das pistas para as quais se faz necessária a desapropriação de áreas particulares. A competência para expedir a declaração expropriatória é</p> <p>(A) da concessionária ou do Estado, conforme previsto no contrato, tendo o Estado competência exclusiva para promover a desapropriação.</p> <p>(B) do Estado, exclusivamente, o qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.</p> <p>(C) do Estado, exclusivamente, tendo a concessionária competência para promover a desapropriação, desde que previsto no contrato.</p> <p>(D) da concessionária ou do Estado, conforme previsto no contrato, devendo o contrato definir também quem terá competência para a desapropriação.</p> <p>(E) da concessionária, exclusivamente, a qual também tem competência exclusiva para promover a desapropriação.</p>	<p>34. A respeito da alienação de bens imóveis de propriedade da Administração direta e de entidades autárquicas e fundacionais, é correto afirmar que</p> <p>(A) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição.</p> <p>(B) depende de avaliação, licitação na modalidade concorrência e autorização legislativa, esta apenas em relação a imóveis afetados ao serviço público.</p> <p>(C) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade concorrência, afastados tais requisitos na hipótese de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.</p> <p>(D) poderão ser alienados pela modalidade de leilão, quando tenham sido adquiridos pela Administração em razão de procedimento judicial ou dação em pagamento.</p> <p>(E) independe da comprovação de interesse público, na hipótese de bens dominicais.</p>
<p>32. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica</p> <p>(A) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.</p> <p>(B) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.</p> <p>(C) submete-se ao regime jurídico público, no que diz respeito a matéria de pessoal.</p> <p>(D) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadas para atuação do Estado no domínio econômico, previstas na Constituição Federal.</p> <p>(E) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.</p>	<p>35. Um servidor público estadual que exerça remuneradamente cargo público de professor e já acumule, remuneradamente, outro cargo público estadual, de caráter científico, havendo compatibilidade de horários,</p> <p>(A) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor, somente na Administração federal ou municipal.</p> <p>(B) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico, somente na Administração federal ou municipal.</p> <p>(C) não poderá acumular remuneradamente mais nenhum cargo ou emprego, em nenhum nível da federação, seja na Administração direta ou indireta.</p> <p>(D) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor, em qualquer nível da federação.</p> <p>(E) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico, mas apenas na Administração indireta do Estado, União ou Município.</p>

<p>36. O Estado firmou contrato de empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, organismo financeiro multilateral do qual o Brasil é parte, para financiamento de projeto de preservação ambiental. O referido projeto será custeado com recursos do BID e também com recursos orçamentários do Estado. A respeito das contratações de obras e serviços necessárias à implementação do projeto, é correto afirmar que,</p> <p>(A) quando custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, dependem de prévio procedimento licitatório, no qual poderão ser adotados critérios de seleção fixados pelo organismo internacional, desde que configurem condição para a concessão do financiamento e não conflitem com o princípio do julgamento objetivo.</p> <p>(B) quando custeadas, total ou parcialmente, com recursos provenientes do financiamento externo, independem de prévio procedimento licitatório.</p> <p>(C) quando custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, dependem de prévio procedimento licitatório, no qual poderão ser adotados normas e critérios do organismo multilateral, exceto quanto aos critérios de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.</p> <p>(D) mesmo as contratações custeadas com recursos orçamentários, desde que a título de contrapartida nacional do financiamento externo, poderão ser precedidas de procedimento licitatório no qual sejam adotadas as normas e critérios do organismo multilateral.</p> <p>(E) somente quando integralmente custeadas com recursos provenientes do financiamento externo, independem de prévio procedimento licitatório.</p>	<p>38. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para o comprometimento das receitas do ente público com despesas de pessoal, dispondo que</p> <p>(A) devem ser incluídas, no limite fixado para cada ente da federação, as despesas da respectiva Administração direta, fundos, autarquias e empresas estatais dependentes.</p> <p>(B) não poderá, em relação ao Estado, superar 60% da receita corrente líquida, excluídas as despesas com inativos e pensionistas.</p> <p>(C) ficam vedadas, quando a despesa total com pessoal atingir 95% do percentual de comprometimento fixado para o ente federado, concessão de vantagem, aumento ou reajuste, inclusive a revisão anual dos servidores públicos.</p> <p>(D) ficam vedadas, quando a despesa total com pessoal atingir 95% do percentual de comprometimento fixado para o ente federado, a alteração da estrutura de carreira, a abertura de concurso público e o provimento de cargo público.</p> <p>(E) não poderá, em relação ao Estado, superar 60% da receita corrente líquida, incluídas as despesas com inativos e pensionistas, mas excluídos os encargos sociais e contribuições recolhidos às entidades de previdência.</p>
<p>37. Determinado servidor público foi condenado em processo administrativo, no qual lhe foi assegurada ampla defesa, à pena de demissão a bem do serviço público, pelo recebimento de propina. Tratando-se, também, de crime contra a Administração, foi instaurado o competente processo criminal, no qual o servidor foi absolvido em função do reconhecimento da inexistência material do delito de recebimento de propina. Diante da decisão no processo criminal, a decisão administrativa deverá ser</p> <p>(A) anulada, porque qualquer absolvição em sede penal deve repercutir na decisão administrativa.</p> <p>(B) anulada, tendo em vista que a decisão administrativa fundou-se na prática do delito.</p> <p>(C) mantida, em razão da autonomia das instâncias penal e administrativa.</p> <p>(D) mantida, porque a absolvição em sede penal somente repercute na esfera administrativa quando fundada na negativa de autoria do fato.</p> <p>(E) mantida, pois diversos são os requisitos materiais do ilícito administrativo e do delito.</p>	<p>39. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,</p> <p>(A) ainda que seja comprovada a culpa exclusiva da vítima.</p> <p>(B) assegurado o direito de regresso contra o agente, independentemente de culpa ou dolo.</p> <p>(C) apenas quando o agente tenha agido com culpa ou dolo.</p> <p>(D) salvo nos casos de comprovada responsabilidade subjetiva do agente, situação em que apenas este responde pelos danos causados.</p> <p>(E) mesmo quando não comprovado o dolo ou culpa do agente.</p> <p>40. No ordenamento jurídico vigente, os terrenos de marinha são bens públicos de propriedade</p> <p>(A) da União, cabendo à Marinha definir o uso que lhes será dado, vedado o uso privativo por particular.</p> <p>(B) da União, sendo considerados terras devolutas, usucapíveis ante posse mansa e pacífica superior a 20 anos.</p> <p>(C) dos Estados, dentro da respectiva faixa litorânea, insuscetíveis de uso privativo por particular.</p> <p>(D) da União, sendo abrangidos pela imprescritibilidade e passíveis de uso privativo por particular mediante aforamento.</p> <p>(E) dos Estados, dentro da respectiva faixa litorânea, passíveis de uso privativo por particular, mediante cobrança de foro ou laudêmio.</p>

DIREITO FINANCEIRO

41. As disposições da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) são aplicáveis

- (A) exclusivamente ao Poder Executivo.
- (B) exclusivamente ao Poder Legislativo.
- (C) exclusivamente ao Poder Judiciário.
- (D) exclusivamente à Administração Direta.
- (E) ao Distrito Federal e empresas estatais dependentes.

42. O limite de gastos de pessoal e endividamento público serão calculados com base na Receita Corrente Líquida que é composta basicamente por receitas

- (A) tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços.
- (B) correntes e de capital arrecadadas até o bimestre de referência.
- (C) correntes e de capital arrecadadas no bimestre de referência.
- (D) correntes e de capital arrecadadas no mês de referência e nos 11 meses anteriores.
- (E) tributárias, patrimoniais, operações de créditos e decorrentes de alienação de ativos.

43. O Anexo de Metas Fiscais deverá integrar

- (A) o Plano Plurianual (PPA) disposto pela Constituição Federal, estabelecendo metas de resultados primário e nominal para o seu período de vigência.
- (B) a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo as metas de resultados primário e nominal para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (C) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecendo em valores correntes e constantes a meta para o montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
- (D) a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo as metas de resultados primário e nominal somente para o exercício a que se referir.
- (E) o Plano Plurianual (PPA) disposto pela Constituição Federal, estabelecendo as metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e o montante da dívida pública.

44. O limite de gastos de pessoal foi fixado do seguinte modo:

- (A) a despesa de pessoal global da União, Estados e Municípios não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida.
- (B) o limite para as despesas com pessoal do Ministério Público Estadual foi fixado em 2%, devendo a sua apuração ser efetuada quadrimestralmente.
- (C) o limite de gastos com pessoal para o poder executivo municipal corresponderá a 54% da receita total arrecadada pelo município, durante o exercício civil.
- (D) na esfera estadual o Poder Legislativo não poderá extrapolar ao limite de 3% da Receita Corrente Líquida, excluindo-se na apuração, os gastos com pessoal do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) na esfera federal o Poder Legislativo não poderá extrapolar ao limite de 2,5% da Receita Corrente Líquida, excluindo-se na apuração, os gastos com pessoal do Tribunal de Contas da União.

45. Para o acompanhamento dos gastos de pessoal a LRF criou mecanismos de controle e gerenciamento, estabelecendo percentuais preventivos e regras de recondução quando verificada eventual extrapolação dos limites legais. Diante disto é correto afirmar que

- (A) fica vedada a contratação de pessoal a qualquer título nas Fundações Municipais, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança, quando o percentual de gastos exceder a 51,3% da Receita Corrente Líquida.
- (B) se a despesa total com pessoal tiver extrapolado o limite legal, o percentual excedente deverá ser eliminado nos 3 quadrimestres subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.
- (C) se a despesa total com pessoal tiver extrapolado o limite legal, o percentual excedente deverá ser eliminado nos 2 quadrimestres subseqüentes, reduzindo-se 2/3 do excesso no primeiro quadrimestre.
- (D) fica vedada a concessão de aumento salarial nas Autarquias Federais, Estaduais ou Municipais, ressalvada a revisão prevista na Constituição, quando a despesa total exceder a 90% do seu limite legal.
- (E) durante o prazo de redução e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

46. Em matéria orçamentária, o princípio da exclusividade, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece a vedação de conteúdos estranhos à fixação da despesa e à previsão da receita, excetuando

- (A) a autorização para criação de estruturas administrativas.
- (B) a propositura de emendas parlamentares sem indicação de fontes de recursos.
- (C) o remanejamento de dotações entre diferentes categorias de programação.
- (D) a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) a autorização para abertura de créditos extraordinários para atender a despesas previstas de forma insuficiente no orçamento.

<p>47. A competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal recai sobre</p> <p>(A) os ramos de Direito: Tributário, Civil, Financeiro, Penitenciário, Econômico e Urbanístico.</p> <p>(B) a política de educação para a segurança do trânsito.</p> <p>(C) o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.</p> <p>(D) os ramos de Direito: Agrário, do Trabalho, Especial e Eleitoral.</p> <p>(E) o Orçamento.</p>	<p>51. Com o advento da LRF, a exemplo do planejamento e da transparência fiscal, a dívida pública constitui um dos pontos estruturais da gestão fiscal responsável. Quanto à competência para legislar sobre a matéria é correto afirmar que compete ao</p> <p>(A) Senado Federal fixar, por iniciativa própria, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(B) Congresso Nacional autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) Banco Central do Brasil autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</p> <p>(D) Senado Federal dispor somente sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.</p> <p>(E) Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>
<p>48. Emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso</p> <p>(A) sejam relacionados exclusivamente com os dispositivos do texto do projeto da lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(B) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas a que incidam sobre o serviço da dívida.</p> <p>(C) indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de dotações de pessoal e seus encargos.</p> <p>(D) sejam compatíveis apenas com o plano plurianual.</p> <p>(E) sejam compatíveis apenas com as metas e prioridades do Anexo de Metas Fiscais.</p>	
<p>49. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro são consideradas como restos a pagar. Sobre a matéria é correto afirmar:</p> <p>(A) Dividem-se em duas categorias: as processadas, aquelas que foram empenhadas e pendem de liquidação e as não processadas, aquelas que foram empenhadas e pendem de pagamento.</p> <p>(B) Compõem-se unicamente de obrigações a longo prazo.</p> <p>(C) Os empenhos decorrentes de contratos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, serão computados pelo valor total como restos a pagar ao final do primeiro exercício financeiro.</p> <p>(D) Os restos a pagar com prescrição interrompida poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento.</p> <p>(E) A anulação de restos a pagar não será considerada como receita no exercício em que se efetivar.</p>	<p>52. Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, à exceção dos créditos de natureza alimentícia, deverão ser pagos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim. Devendo observar ainda que</p> <p>(A) ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor e os de natureza alimentícia, os precatórios pendentes de pagamento na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 30/00 deverão ser liquidados em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, não sendo permitida a cessão dos créditos.</p> <p>(B) os débitos de natureza alimentícia compreendem: salários, vencimentos, proventos, pensões, soldos, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade penal, em virtude de sentença transitada em julgado.</p> <p>(C) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.</p> <p>(D) é vedado sob qualquer hipótese fixar valores distintos para fins de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.</p> <p>(E) incorrerá em crime tipificado penalmente o Presidente do Tribunal competente, que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório.</p>
<p>50. Em relação à despesa pública é correto afirmar:</p> <p>(A) A ordem de pagamento da despesa será materializada em documentos processados pelo serviço de contabilidade.</p> <p>(B) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho e sob hipótese alguma será dispensada a emissão da nota de empenho.</p> <p>(C) Serão indicados no empenho o nome do credor, a especificação, a importância da despesa, os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.</p> <p>(D) São tipos de empenhos da despesa: global, extraordinário, estimativo e ordinário.</p> <p>(E) É vedada, sob qualquer hipótese, a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária.</p>	

<p>53. Dívida Pública, segundo o professor Domingos D'Amore, "são todos os compromissos assumidos pelo governo e os respectivos juros". É correto afirmar que quanto ao aspecto temporal de sua liquidação, a dívida pode ser de longo e de curto prazo, contendo ainda as seguintes características:</p> <p>(A) a dívida fundada ou consolidada é aquela que representa um compromisso a longo prazo, necessariamente com valor previamente determinado, garantida por título do governo, que rendem juros e são amortizáveis ou resgatáveis, com vencimento previamente fixado.</p> <p>(B) o prazo de amortização da dívida pública é irrelevante para caracterizar a sua natureza jurídica.</p> <p>(C) de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal é vedada a contração de dívidas no último ano de mandato sem a correspondente disponibilidade de caixa.</p> <p>(D) a dívida fluante caracteriza-se por indicar débitos de curto prazo, advindos de compromissos assumidos por prazo inferior a doze meses.</p> <p>(E) compõem a dívida fluante: os restos a pagar, as operações de crédito com prazo de exigibilidade superior a doze meses; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.</p>	<p>55. De acordo com a Lei nº 4.320/64 o empenho da despesa não poderá exceder o limite de créditos concedidos e estes poderão ser adicionados através de créditos. Diante disto é correto afirmar:</p> <p>(A) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho e este consiste na verificação do direito adquirido do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.</p> <p>(B) Somente os créditos suplementares e especiais dependem da existência de recursos disponíveis para a ocorrência de despesa pública.</p> <p>(C) Os créditos adicionais são classificados como suplementares quando destinados a reforço de dotação orçamentária e especiais quando destinados a atender despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra ou calamidade pública.</p> <p>(D) Os créditos extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto, destinando-se as despesas urgentes e imprevistas em caso de guerra e comoção intestina.</p> <p>(E) O empenho da despesa que consiste na verificação do direito adquirido do credor poderá ser efetuado por estimativa quando o montante não possa ser determinado, ou global quando se tratar de despesas contratuais ou sujeitas a parcelamentos.</p>
<p>54. As normas gerais de direito financeiro definem uma cronologia para o planejamento e execução dos orçamentos públicos, envolvendo as suas receitas e despesas, apresentando a seguinte lógica e seqüência temporal:</p> <p>(A) Fase do planejamento orçamentário com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e fase da execução orçamentária com a previsão da receita e sua arrecadação; e com relação às despesas a sua fixação, liquidação, empenhamento e pagamento.</p> <p>(B) Fase da execução orçamentária com a previsão da receita e sua arrecadação, com relação às despesas a sua fixação, pagamento, liquidação e empenhamento, e a fase de planejamento orçamentário com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA).</p> <p>(C) Fase de planejamento orçamentário com a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e a fase de execução orçamentária com a previsão da receita e sua arrecadação; e com relação às despesas a fixação, empenhamento, liquidação e pagamento.</p> <p>(D) Fase de execução orçamentária com a previsão da receita e sua arrecadação, e com relação às despesas a fixação, empenhamento, pagamento e liquidação, e a fase de planejamento orçamentário com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).</p> <p>(E) Fase de planejamento orçamentário com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a fase de execução orçamentária com a previsão da receita e sua arrecadação, e com relação às despesas a fixação, empenhamento, pagamento e liquidação.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PREVIDENCIÁRIO</p> <p>56. Em relação ao auxílio natalidade e ao auxílio funeral, os benefícios</p> <p>(A) exigem o período de carência de dez contribuições mensais.</p> <p>(B) independem de carência, uma vez que têm caráter assistencial.</p> <p>(C) correspondem a três parcelas iguais ao menor vencimento vigente no serviço público estadual.</p> <p>(D) não admitem prescrição, porque se revestem de caráter alimentar.</p> <p>(E) admitem prescrição.</p> <p>57. A Emenda Constitucional nº 41/2003</p> <p>(A) proíbe os entes da Federação e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de constituir mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores de cargos efetivos, assim como de mais de uma unidade gestora do respectivo regime, salvo os policiais militares e bombeiros.</p> <p>(B) exclui das novas regras de aposentadoria e pensão os Magistrados, os membros do Ministério Público e os militares.</p> <p>(C) institui um redutor de 2% (dois por cento) por ano antecipado, aplicável às aposentadorias concedidas anteriormente à idade de 48 (quarenta e oito) anos para as mulheres e 53 (cinquenta e três) anos para os homens.</p> <p>(D) institui a cobrança de contribuição previdenciária sobre a totalidade das aposentadorias e pensões dos servidores públicos.</p> <p>(E) fixa o valor máximo dos recebimentos de servidores públicos ativos e inativos, impedindo que os valores pagos suplantem os subsídios do Presidente da República.</p>

<p>58. Em relação à pensão por morte, o benefício poderá ser concedido</p> <p>(A) ao filho solteiro menor de 18 anos admitida a concorrência com o pai inválido, de qualquer idade, desde que não amparado por qualquer tipo de aposentadoria ou pensão.</p> <p>(B) à mãe do ex-servidor, desde que viúva é dispensada de comprovar dependência econômica para obter o benefício, e ao filho menor de 18 anos não emancipado.</p> <p>(C) ao filho do ex-segurado, admitida a concorrência com o tutelado, devidamente declarado pelo falecido servidor que tenha obtido a delegação do poder familiar deste, contanto que provada a inexistência de vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário de seus pais ou de outrem; que o tutelado ou seus genitores não tenham bens ou rendimentos suficientes à sua manutenção e que viva sob dependência econômica exclusiva do ex-servidor.</p> <p>(D) à viúva de servidor público estadual que se casa novamente, desde que do novo casamento não resulte melhoria de sua situação econômica, vedada a acumulação do benefício com outra pensão concedida pelo mesmo Regime de Previdência, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.</p> <p>(E) ao pai servidor público estadual admitida a concorrência com filho inválido de 24 anos e um enteado de 16 anos devidamente declarado pelo falecido servidor que tenha obtido a delegação do poder familiar deste, contanto que provada a inexistência de vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário de seus pais ou de outrem; que o enteado ou seus genitores não tenham bens ou rendimentos suficientes à sua manutenção e que viva sob dependência econômica exclusiva do ex-servidor.</p>	<p>60. Para os servidores da ativa, integram o salário de contribuição, para fins de incidência de contribuição à Seguridade Social,</p> <p>(A) a gratificação por condições especiais de trabalho e a gratificação natalina.</p> <p>(B) o vencimento, acrescido de todas as vantagens inerentes ao cargo efetivo e a gratificação técnico legislativa.</p> <p>(C) o vencimento, acrescido de todas as vantagens inerentes ao cargo efetivo e as parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho.</p> <p>(D) a gratificação de risco de vida, prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.</p> <p>(E) a gratificação natalina e o adicional noturno.</p>
<p>59. É correto afirmar que o Sistema de Seguridade Social do Estado do Maranhão</p> <p>(A) será financiado por contribuições dos empregadores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, dos segurados sujeitos ao Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais ativos, inativos e pensionistas, excluídos os militares, magistrados e membros do Ministério Público Estadual.</p> <p>(B) é obrigatório, contributivo, solidário e deverá assegurar a representação do Estado e dos servidores públicos em seu colegiado.</p> <p>(C) deverá garantir a paridade integral de recebimentos entre ativos e inativos, independentemente da data de concessão da aposentadoria ou pensão.</p> <p>(D) deverá garantir o pagamento de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-acidente e assistência à saúde aos segurados e dependentes.</p> <p>(E) deverá instituir previamente fonte de custeio a cargo dos segurados para a criação ou majoração de novos benefícios e serviços, salvo em caso de benefícios assistenciais mantidos integralmente pelo Tesouro Estadual.</p>	<p style="text-align: center;">CONTROLE EXTERNO</p> <p>61. É correto afirmar:</p> <p>(A) Sujeitam-se à prestação de contas, exclusivamente, as pessoas jurídicas públicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos.</p> <p>(B) É vedado, em sede de controle interno, a cada um dos Poderes, o exame da eficácia e eficiência da gestão orçamentária nos órgãos e entidades da Administração.</p> <p>(C) Compete à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão a escolha de 3 (três) Conselheiros do Tribunal de Contas estadual.</p> <p>(D) Com base na Constituição Federal, os Tribunais de Contas dos Estados serão integrados por, no mínimo, sete Conselheiros.</p> <p>(E) As decisões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão de que resulte imputação de débito ou cominação de multa tornam a dívida líquida e certa e têm eficácia de título executivo.</p> <p>62. Dentre os requisitos para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é INCORRETA a exigência de</p> <p>(A) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.</p> <p>(B) idoneidade moral.</p> <p>(C) reputação ilibada.</p> <p>(D) mais de trinta e cinco anos, desde que com idade não superior a sessenta e cinco anos.</p> <p>(E) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômico e financeiros ou de administração pública.</p>

<p>63. Em conformidade com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é correto afirmar:</p> <p>(A) admite-se à Câmara de Vereadores posterior deliberação sobre o mérito do julgamento, realizado pelo Tribunal de Contas, relativo às contas do administrador de autarquia municipal.</p> <p>(B) o pagamento integral do débito apurado, por si só, após decisão definitiva do Tribunal de Contas, pode ensejar modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas.</p> <p>(C) o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, concernente às contas do Governador do Estado, poderá ser: i – pela aprovação; ii – pela aprovação, com ressalvas; iii – pela desaprovação; ou iv – com abstenção de opinião.</p> <p>(D) compete ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida a sua apreciação por quaisquer das comissões da Assembléia Legislativa ou das Câmaras Municipais.</p> <p>(E) as contas anuais dos Presidentes das Câmaras Municipais serão objeto de apreciação, pelo Tribunal de Contas, através de parecer prévio.</p>	<p>66. A consulta formulada ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão deve:</p> <p>I. Conter indicação precisa de seu objeto.</p> <p>II. Ser formulada articuladamente.</p> <p>III. Ser instruída, sempre que possível, com parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.</p> <p>IV. Ter demonstrada sua pertinência temática com a atribuição da Pasta da autoridade consulente quando formulada por Secretário de Estado.</p> <p>Estão corretos os itens</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e IV, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>
<p>64. No exercício de suas atribuições, os Tribunais de Contas</p> <p>(A) podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.</p> <p>(B) podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, somente quando provocado.</p> <p>(C) podem apreciar a constitucionalidade das leis, mas não dos atos do Poder Público.</p> <p>(D) não podem apreciar a constitucionalidade das leis, mas tão-somente dos atos do Poder Público.</p> <p>(E) não podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.</p>	<p>67. No cenário internacional, o Estado democrático contemporâneo caracteriza-se, dentre outros aspectos, por sua sujeição a mecanismos de controle externo da gestão pública. Neste sentido, a par da fiscalização exercida pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público sobre a Administração Pública, prevalece, no Brasil, o sistema de controle externo exercido através de</p> <p>(A) Tribunais de Contas.</p> <p>(B) Tribunais de Contas e Controladorias.</p> <p>(C) Controladorias.</p> <p>(D) Controladorias e Defensorias Públicas.</p> <p>(E) Tribunais de Contas e Defensorias Públicas.</p>
<p>65. No exercício do controle externo dos atos e contratos administrativos, constatada ilegalidade, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Na hipótese de o Tribunal não ser atendido, é INCORRETO afirmar que, no caso de</p> <p>(A) ato administrativo, dentre outras providências, o Tribunal de Contas sustará sua execução.</p> <p>(B) ato administrativo, dentre outras providências, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, a quem compete sustá-lo.</p> <p>(C) ato administrativo, dentre outras providências, o Tribunal de Contas aplicará multa ao responsável.</p> <p>(D) contrato administrativo, dentre outras providências, o Tribunal de Contas comunicará o fato à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, a quem compete realizar sua sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.</p> <p>(E) contrato administrativo, dentre outras providências, o Tribunal de Contas aplicará multa ao responsável.</p>	<p>68. Para fins de inelegibilidade nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com a devida antecedência ou quando solicitado, nas hipóteses cabíveis, <u>enviará</u>, em tempo hábil, o nome dos responsáveis cujas contas houverem recebido parecer prévio pela desaprovação e/ou sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas eleições no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao</p> <p>(A) Tribunal Regional Federal.</p> <p>(B) Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(C) Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Tribunal de Contas da União.</p> <p>(E) Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.</p>

<p>69. No tocante à apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal da Administração Direta e Indireta, de competência do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é correto afirmar que a decisão que considerar legal o ato e determinar seu registro</p> <p>(A) pode ser revista, de ofício, pelo Tribunal de Contas, com a oitiva do Ministério Público, a qualquer tempo, se verificado que o ato viola a ordem jurídica ou no caso de comprovada má-fé.</p> <p>(B) pode ser revista pelo Tribunal de Contas, desde que provocado pelo Ministério Público, dentro do prazo de cinco anos do julgamento, se verificado que o ato viola a ordem jurídica, ou a qualquer tempo, no caso de comprovada má-fé.</p> <p>(C) não pode ser revista pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) pode ser revista, de ofício, pelo Tribunal de Contas, com a oitiva do Ministério Público, dentro do prazo de cinco anos do julgamento, se verificado que o ato viola a ordem jurídica, ou a qualquer tempo, no caso de comprovada má-fé.</p> <p>(E) pode ser revista, de ofício, pelo Tribunal de Contas, com a oitiva do Ministério Público, dentro do prazo de cinco anos do julgamento, no caso de comprovada má-fé, ou a qualquer tempo, se verificado que o ato viola a ordem jurídica.</p>	<p>72. Os papéis de trabalho do auditor externo são de</p> <p>(A) uso livre do auditor e da empresa auditada.</p> <p>(B) livre acesso aos acionistas da empresa.</p> <p>(C) propriedade exclusiva do auditor.</p> <p>(D) livre acesso da empresa auditada.</p> <p>(E) propriedade da empresa auditada e do auditor.</p>
<p>70. O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão detém competência para aplicação de multa. Tomando-se, como referência, o texto constitucional e a Lei Orgânica do referido Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Poderá o Tribunal de Contas aplicar multa quando as contas forem julgadas regulares com ressalvas, quando for o caso.</p> <p>(B) Poderá o Tribunal de Contas aplicar multa quando as contas forem julgadas irregulares, ainda que não haja débito, na hipótese de infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.</p> <p>(C) No caso de reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal de Contas, demonstrada a inadequação da multa aplicada, o Tribunal de Contas poderá revê-la, de ofício, diminuindo seu valor ou tornando-a sem efeito.</p> <p>(D) O Regimento Interno do Tribunal de Contas disporá sobre a gradação da multa a que o Tribunal de Contas, por previsão legal, detém competência para aplicar.</p> <p>(E) Poderá o Tribunal de Contas aplicar multa em caso de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário.</p>	<p>73. Ao contratar a prestação de serviços de profissional especializado para avaliação de valores relevantes do cálculo atuarial de planos de previdência privada dos funcionários da empresa auditada, uma firma de auditoria tem sobre estas informações responsabilidade</p> <p>(A) restrita quanto a sua competência profissional, se tal fato constar do parecer.</p> <p>(B) limitada, desde que tal fato não conste do parecer do auditor independente.</p> <p>(C) ilimitada, independente de ter conhecimento técnico na especialidade.</p> <p>(D) parcial em todos os trabalhos, visto não poder ter certeza completa.</p> <p>(E) plena sobre os fatos e números gerados por este profissional na demonstração.</p>
<p style="text-align: center;">AUDITORIA</p> <p>71. As fundamentações dos trabalhos de auditoria interna são baseadas em informações denominadas</p> <p>(A) ocorrências.</p> <p>(B) existências.</p> <p>(C) exigências.</p> <p>(D) relevâncias.</p> <p>(E) evidências.</p>	<p>74. Os testes de observância realizados pela auditoria externa visam</p> <p>(A) confirmar a quantidade física de estoques de matéria prima.</p> <p>(B) garantir a relevância dos números das demonstrações contábeis.</p> <p>(C) testar os saldos e as transações realizadas pela empresa.</p> <p>(D) garantir que os controles internos estejam em funcionamento.</p> <p>(E) realizar revisão analítica das áreas das demonstrações contábeis.</p> <p>75. Determina o Conselho Federal de Contabilidade que o auditor em seu trabalho avalie a certeza de continuidade da empresa utilizando indicadores de operação, financeiros e outros. De acordo com esta classificação é um indicador de operação a</p> <p>(A) existência de passivo a descoberto.</p> <p>(B) perda de fornecedor essencial.</p> <p>(C) apuração de CCL negativo.</p> <p>(D) não observância das normas legais.</p> <p>(E) identificação de perdas nos resultados.</p>

CONTABILIDADE PÚBLICA

76. NÃO é parte integrante da Lei de Orçamento o
- (A) quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.
 - (B) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislações.
 - (C) sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo.
 - (D) quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas na forma do Anexo nº 1.
 - (E) quadro geral da despesa por fontes e da receita por funções de estado.

77. A Lei de Orçamento conterà discriminação
- (A) somente da receita de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de clareza, competência e pluralidade.
 - (B) somente da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de clareza, competência e unidade.
 - (C) da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
 - (D) somente da receita de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de clareza, competência e anualidade.
 - (E) somente da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de clareza, competência e universalidade.

78. Constarão da Lei de Orçamento todas as
- (A) receitas e despesas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
 - (B) receitas pelos seus líquidos, já incluídas as deduções.
 - (C) despesas pelos seus brutos, incluindo os acréscimos.
 - (D) receitas e despesas pelos seus líquidos, já incluídas as deduções.
 - (E) receitas e despesas pelos seus brutos, incluídos os acréscimos.

79. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de
- (A) pessoas não subordinadas ao mesmo órgão ou repartição.
 - (B) recursos subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que será consignado classificação genérica.
 - (C) serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que será consignada classificação genérica.
 - (D) serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que será consignada classificação própria.
 - (E) pessoas e recursos subordinados a diversos órgãos a que serão consignados recursos genéricos.

80. O tributo é conceituado como uma receita
- (A) própria, instituída pelas entidades de direito privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria tributária destinando-se seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
 - (B) derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria tributária destinando-se seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
 - (C) própria, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria tributária destinando-se seu produto ao custeio de atividades gerais exercidas por essas entidades.
 - (D) derivada, instituída pelas entidades de direito privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria tributária destinando-se seu produto ao custeio de atividades específicas exercidas por essas entidades.
 - (E) própria, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria tributária destinando-se seu produto ao custeio de atividades específicas exercidas por essas entidades.

81. A Lei de Orçamento não consignará como Transferência de Capital o auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas
- (A) privadas de fins lucrativos.
 - (B) públicas de fins lucrativos.
 - (C) privadas sem fins lucrativos.
 - (D) públicas sem fins lucrativos.
 - (E) públicas e privadas sem fins lucrativos.

82. Na proposta orçamentária a estimativa da receita terá por base as demonstrações
- (A) mensais da receita prevista, segundo as rubricas, a arrecadação dos cinco últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
 - (B) mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, a arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
 - (C) mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, a arrecadação dos dois últimos exercícios, pelo menos, e outras que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
 - (D) mensais da receita prevista, segundo as rubricas, a arrecadação dos três últimos exercícios, pelo menos, e as circunstâncias de ordem conjuntural.
 - (E) plurianuais da receita arrecadada, segundo as rubricas, a arrecadação dos três últimos exercícios e a projeção para os três seguintes, pelo menos, e as circunstâncias de ordem conjuntural.

<p>83. Pertencem ao exercício financeiro as receitas</p> <p>(A) previstas e as despesas nele liquidadas.</p> <p>(B) nele recolhidas e as despesas empenhadas.</p> <p>(C) nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.</p> <p>(D) lançadas e as despesas pagas.</p> <p>(E) nele previstas e as despesas nele legalmente pagas.</p>	<p>89. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal:</p> <p>(A) previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>(B) instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>(C) instituição e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>(D) efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.</p> <p>(E) previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos da competência constitucional do ente da Federação.</p>
<p>84. Os créditos extraordinários serão abertos por</p> <p>(A) medida provisória do Poder Executivo, que submeterá a aprovação do Poder Legislativo.</p> <p>(B) lei complementar do Poder Legislativo, que dará imediato conhecimento ao Poder Executivo.</p> <p>(C) lei ordinária do Poder Legislativo, que dará imediato conhecimento ao Poder Executivo.</p> <p>(D) decreto do Poder Executivo, que submeterá a imediata aprovação do Poder Legislativo.</p> <p>(E) decreto do Poder Executivo, que dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.</p>	<p>90. É nulo de pleno direito o ato que</p> <p>(A) provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite total de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.</p> <p>(B) provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal ativo.</p> <p>(C) resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos noventa dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.</p> <p>(D) provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.</p> <p>(E) resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos trezentos e sessenta e cinco dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.</p>
<p>85. A nota de empenho indicará além do nome do credor, a</p> <p>(A) comprovação da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.</p> <p>(B) especificação e a importância da despesa, apenas.</p> <p>(C) destinação e a importância da despesa.</p> <p>(D) representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.</p> <p>(E) especificação da despesa, apenas.</p>	<p style="text-align: center;">CONTABILIDADE GERAL</p> <p>91. De acordo com os princípios e normas contábeis brasileiras, são critérios e práticas contábeis de avaliação utilizados para a determinação do valor de ativos quando da elaboração do Balanço Patrimonial:</p> <p>(A) custeio direto, valor presente e exaustão.</p> <p>(B) custo de oportunidade, reavaliação e valor presente.</p> <p>(C) valor econômico, amortização e custo variável.</p> <p>(D) reavaliação, custeio por absorção e valor original.</p> <p>(E) amortização, custo de oportunidade e custo variável.</p>
<p>86. O controle da execução orçamentária compreenderá, dentre outras,</p> <p>(A) o cumprimento dos atos de que resultem a arrecadação da receita e a realização da despesa.</p> <p>(B) a legalidade funcional dos agentes da administração responsáveis por valores públicos.</p> <p>(C) a fidelidade do programa de trabalho, expresso em termos monetários.</p> <p>(D) o cumprimento funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.</p> <p>(E) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.</p>	<p>92. A apuração de uma Situação Líquida negativa indica</p> <p>(A) um passivo a descoberto.</p> <p>(B) um patrimônio líquido positivo.</p> <p>(C) ausência de reservas estatutárias.</p> <p>(D) um ativo maior que as exigibilidades.</p> <p>(E) um resultado operacional negativo.</p>
<p>87. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias,</p> <p>(A) bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.</p> <p>(B) conjugadas com os saldos patrimoniais que se transferem para o exercício seguinte.</p> <p>(C) bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, e os resultados patrimoniais.</p> <p>(D) bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de dotações a executar.</p> <p>(E) conjugadas com os saldos patrimoniais do exercício.</p>	<p>93. São contas classificáveis no Ativo Imobilizado</p> <p>(A) bens não de uso e equipamentos de processamento eletrônico.</p> <p>(B) direitos sobre recursos naturais e imóveis para futuras utilizações.</p> <p>(C) benfeitorias em propriedades arrendadas e patentes industriais.</p> <p>(D) participações minoritárias em outras sociedades e obras civis.</p> <p>(E) pesquisa com desenvolvimento de produtos e instalações.</p>
<p>88. O Balanço Patrimonial NÃO demonstrará</p> <p>(A) o Ativo Financeiro.</p> <p>(B) o Saldo Patrimonial.</p> <p>(C) o Patrimônio Líquido.</p> <p>(D) as Contas de Compensação.</p> <p>(E) o Passivo Permanente.</p>	

<p>94. Classificam-se como Reserva de Capital:</p> <p>(A) reserva especial de ágio na incorporação e reserva de contingências.</p> <p>(B) subvenções para investimentos e reservas de lucros para expansão.</p> <p>(C) reavaliação de ativos de controladas e ágio na emissão de ações.</p> <p>(D) direitos sobre recursos naturais e reserva de ágio na incorporação.</p> <p>(E) alienação de bônus de subscrição e prêmio na emissão de debêntures.</p>	<p>98. O paradigma pós-burocrático, subjacente ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995,</p> <p>(A) baseia-se em novos conceitos de administração e eficiência, adoção de estruturas descentralizadas e controle <i>a posteriori</i> dos resultados, em lugar do controle rígido dos processos administrativos.</p> <p>(B) propõe a reformulação das hierarquias funcionais, com a expansão das chefias intermediárias e redução dos cargos de direção centralizada e ênfase em operações de curto prazo.</p> <p>(C) procura demonstrar a superioridade das tecnologias administrativas baseadas na gestão orçamentário-financeira, com ênfase na estrutura organizacional hierarquizada.</p> <p>(D) sustenta o esgotamento das estruturas organizacionais permanentes, propondo a sua substituição por pequenas organizações autogestionárias, assentadas no planejamento normativo.</p> <p>(E) propõe a substituição da racionalidade administrativa pelo estímulo à iniciativa e criatividade dos funcionários e a verticalização dos processos, com incremento dos níveis hierárquicos.</p>
<p>95. A adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior valor para o Passivo, sempre que se apresentem alternativas válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido, é determinada pelo princípio contábil da</p> <p>(A) objetividade.</p> <p>(B) prudência.</p> <p>(C) oportunidade.</p> <p>(D) continuidade.</p> <p>(E) competência.</p>	<p>99. A Constituição Federal de 1988 consolidou vários avanços na Administração Pública, em especial no tocante à participação do cidadão. Entretanto, é vista também por muitos analistas como responsável por uma tendência ao enrijecimento burocrático, do qual constituem exemplos</p> <p>(A) a transferência maciça de atribuições e recursos a Estados e Municípios, organização de carreiras rígidas e adoção de modelos gerenciais privados.</p> <p>(B) a generalização do procedimento licitatório também para os entes descentralizados, não obstante a exclusão, em relação aos mesmos, da regra do concurso público.</p> <p>(C) a ênfase no planejamento central, aplicação de tetos remuneratórios e obrigatoriedade de isonomia salarial.</p> <p>(D) a subordinação dos entes descentralizados às mesmas regras de controle formal utilizadas na Administração direta.</p> <p>(E) a não delimitação das atribuições e competências da União, Estados e Municípios, gerando sobreposição de órgãos nas diversas esferas de governo.</p>
<p style="text-align: center;">ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>96. O Decreto-Lei nº 200, que embasou a reforma administrativa de 1967, é considerado um avanço na busca de superação da rigidez burocrática e é tido como um marco na introdução da administração gerencial no Brasil. A respeito do referido diploma legal, é correto afirmar que</p> <p>(A) desencadeou um movimento de centralização progressiva das decisões no Executivo Federal.</p> <p>(B) introduziu uma política desenvolvimentista, fundada em parcerias com o setor privado.</p> <p>(C) possibilitou a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, visando alcançar a descentralização funcional.</p> <p>(D) promoveu a multiplicação de órgãos de planejamento junto à Administração Pública federal, estadual e municipal, com o objetivo de formularem planos regionalizados de fomento à indústria.</p> <p>(E) estabeleceu mecanismos de controle de desempenho e avaliação de resultados da atuação dos servidores.</p>	<p>100. As Organizações Sociais</p> <p>(A) integram a estrutura da Administração, como entidades descentralizadas, atuando em setores essenciais, porém não exclusivos do Estado, tal como saúde e educação.</p> <p>(B) são entidades do setor privado que, após receberem a correspondente qualificação, passam a atuar em colaboração com a Administração, podendo receber recursos orçamentários.</p> <p>(C) pertencem originalmente ao setor privado e, após receberem a correspondente qualificação, passam a ser consideradas entidades públicas.</p> <p>(D) são entidades do setor privado, declaradas por lei como de interesse público, que gozam de privilégios fiscais.</p> <p>(E) são entidades privadas, cuja atuação é subsidiária à atuação pública no fomento a atividades comerciais e industriais.</p>